

---

# PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

Medidas do Ministério da Economia

23 de fevereiro de 2016



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

ECONOMIA

## ÍNDICE

1. Diagnóstico da Economia Portuguesa ..... 3
2. Estratégia de crescimento e de competitividade da Economia Portuguesa ..... 4
3. Orçamento para 2016 do Programa Orçamental da Economia (015) ..... 6

## 1. Diagnóstico da Economia Portuguesa

No que se refere ao modelo subjacente à estratégia de crescimento da economia portuguesa em geral, e de competitividade das empresas em particular, o Governo considera:

- A inadequação de ajustamentos adicionais no custo do fator produtivo trabalho, através de reduções salariais;
- A importância de assegurar que as reformas implementadas no mercado de trabalho no sentido da sua flexibilização são consistentes com o combate à precariedade laboral e à criação de emprego;
- A inexistência de espaço orçamental para reduções na tributação sobre os lucros das empresas, atendendo às implicações em matéria de receita fiscal e à necessária prossecução dos compromissos de sustentabilidade das finanças públicas;
- A importância de criar condições para o aumento do rendimento disponível e, por essa via, de estímulo ao consumo.

## 2. Estratégia de crescimento e de competitividade da Economia Portuguesa

A estratégia do Governo para o crescimento e competitividade da Economia Portuguesa assenta em cinco pilares:



1. **INOVAÇÃO:** pilar assente na promoção do conhecimento científico e tecnológico e na capacidade de o valorizar economicamente, através de novos produtos, processos e formas de organização, que confira às empresas a capacidade de acrescentar valor e de posicionamento diferenciador no mercado interno e nos mercados internacionais;
2. **CAPACITAÇÃO:** pilar assente no investimento em capital humano, através da educação e da formação, para capacitação dos recursos humanos das empresas e inserção de novos recursos altamente qualificados nas áreas de I&D, inovação, financeira, TIC e marketing;
3. **CAPITALIZAÇÃO:** pilar assente na promoção do investimento empresarial sustentável que, reconhecendo os desequilíbrios das empresas em matéria de endividamento, sobretudo das PME, com preponderância de financiamento bancário, fomente existência de estruturas financeiras mais equilibradas através da sua capitalização e da disponibilização de novos instrumentos.
4. **INTERNACIONALIZAÇÃO:** pilar assente na promoção da vocação exportadora das empresas e na atração de investimento direto estrangeiro, com ênfase no investimento produtivo;
5. **MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO:** pilar assente na facilitação do ambiente de negócios, reduzindo custos de contexto e aumentando a concorrência do mercado interno.

As infraestruturas produtivas e os FEEL constituem, pela sua natureza e relevância, bases transversais de promoção da competitividade das empresas.

A tabela seguinte sistematiza os cinco pilares de competitividade, de acordo com os princípios orientadores subjacentes e as principais linhas de intervenção para 2016:

Pilar de Competitividade	Princípios orientadores
Inovação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Valor acrescentado das atividades (produtos, serviços)</li><li>• Posicionamento diferenciador (das empresas)</li></ul>
Capacitação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investimento em Capital humano</li></ul>
Capitalização	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estruturas de financiamento sustentáveis</li><li>• Desalavancagem</li></ul>
Internacionalização	<ul style="list-style-type: none"><li>• Vocação exportadora</li><li>• Atração de investimento estrangeiro</li></ul>
Modernização e Simplificação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Redução de custos de contexto</li><li>• Melhoria do ambiente de negócios</li></ul>

O Governo português está, deste modo, empenhado na melhoria do ambiente de negócios que promova investimentos produtivos, que atraia e reforce atividades de elevado valor acrescentado e que assegure a confiança dos agentes económicos nacionais e internacionais.

### 3. Orçamento para 2016 do Programa Orçamental da Economia (015)

Em 2016, o total da despesa consolidada do Programa 015 - Economia ascende a 1.018,1 milhões de euros.

#### Despesa por Classificação Económica - Programa orçamental da Economia (015)

Uni: Milhões de euros

Classificador Económico	Orçamento 2016 Ajustado					Estrutura (%)
	Estado	SFA incluindo EPR			Total	
		SFA	EPR	Total	Consolidado	2016
<b>DESPESA CORRENTE</b>	181,4	308,7	196,5	505,3	529,2	52,0
01-DESPESAS COM O PESSOAL	39,9	63,2	14,0	77,2	117,1	11,5
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	17,8	55,5	46,1	101,6	119,4	11,7
03-JUROS E OUTROS ENCARGOS		0,0	1,9	1,9	1,9	0,2
04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	122,4	93,0	121,2	214,2	179,1	17,6
das quais: intra-instituições do ministério	120,4	20,7	16,4	37,1		15,5
para os restantes Adm. Públicas	0,0	32,5	0,3	32,7	32,7	3,2
05-SUBSÍDIOS		0,6	0,0	0,6	0,6	0,1
06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1,3	96,5	13,3	109,8	111,1	10,9
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	41,5	465,5	19,1	484,6	488,9	48,0
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5,3	15,8	4,6	20,4	25,7	2,5
08-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	36,2	84,8	0,7	85,4	84,4	8,2
das quais: intra-instituições do ministério	36,1	1,2		1,2		3,6
para os restantes Adm. Públicas		20,1		20,1	20,1	2,0
09-ATIVOS FINANCEIROS		364,9	7,8	372,7	372,7	36,4
10-PASSIVOS FINANCEIROS			1,4	1,4	1,4	0,1
11-OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL			4,7	4,7	4,7	0,5
Consolidação entre Subsectores (SI e SFA (Incluindo EPR))					194,7	
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	<b>223,0</b>	<b>774,2</b>	<b>215,6</b>	<b>989,9</b>	<b>1 018,1</b>	
<b>DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSF PARA ADM. PÚBLICAS</b>	<b>223,0</b>	<b>721,7</b>	<b>215,6</b>	<b>937,1</b>	<b>962,3</b>	
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>223,0</b>	<b>409,3</b>	<b>206,5</b>	<b>615,8</b>	<b>644,1</b>	

Fonte: Relatório do Orçamento do Estado para 2016

A despesa consolidada do Programa da Economia evidencia um aumento de 176,5 milhões de euros face à execução provisória de 2015, este justifica-se pela inclusão de novas empresas no perímetro do Orçamento de Estado para 2016, em particular a Agência Nacional de Inovação, SA, o Fundo de Contragarantia Mútuo e a SPGM-Sociedade de Investimento, S.A.

Nas Entidades Públicas Reclassificadas, verifica-se um aumento da despesa efetiva para 2016 no valor de 148,4 milhões de euros, quando comparada com a execução provisória de 2015, pelas razões anteriormente apontadas.

## Despesa por Classificação Económica - Programa orçamental da Economia (015)

Uni: Milhões de euros

	Execução Provisória 2015					Estrutura 2015 (%)
	Estado	SFA			Total Consolidado	
		SFA	EPR	Total		
<b>Despesa Corrente</b>	128,9	196,5	51,2	247,6	282,6	33,6
Despesas com Pessoal	38,3	60,5	7,9	68,4	106,7	12,7
Aquisição de Bens e Serviços	11,9	43,2	36,3	79,5	91,5	10,9
Juros e Outros Encargos	0,0	0,0	1,6	1,6	1,6	0,2
Transferências Correntes	78,5	88,5	4,7	93,2	77,8	9,2
das quais: intra-instituições do ministério	75,1	18,9	0,0	18,9	93,9	11,2
para as restantes Adm. Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	0,0	0,4	0,0	0,4	0,4	0,0
Outras Despesas Correntes	0,1	3,9	0,6	4,5	4,6	0,5
<b>Despesa Capital</b>	44,0	541,1	8,1	549,3	559,1	66,4
Aquisição de Bens de Capital	3,2	5,7	6,5	12,2	15,4	1,8
Transferências de Capital	40,7	89,9	0,5	90,4	97,0	11,5
das quais: intra-instituições do ministério	33,7	0,5	0,0	0,5	34,2	4,1
para as restantes Adm. Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ativos Financeiros	0,0	445,5	0,0	445,5	445,5	52,9
Passivos Financeiros	0,0	0,0	1,2	1,2	1,2	0,1
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Consolidação entre e intra-subsetores					128,1	
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	172,8	737,6	59,3	796,9	841,6	100,0
<b>DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSF PARA ADM. PÚBLICAS</b>	172,8	737,6	59,3	796,9	841,6	-
<b>DESPESA EFETIVA</b>	172,8	292,1	58,1	350,2	394,9	-

Fonte: Ministério das Finanças

Tendo em conta o universo dos Serviços e Fundos Autónomos, excluindo as EPR, verifica-se igualmente um aumento da despesa, de 40,1%, face à execução provisória de 2015, refletindo-se, sobretudo, no Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético, o qual não apresentou execução em 2015, e no Instituto de Turismo de Portugal, I.P.

No subsetor Estado, verifica-se uma evolução da despesa ascendente (29%), justificada também pela ausência de transferência a favor do Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético. Esta variação deve-se ainda a um aumento nas transferências do Orçamento do Estado para o IAPMEI, que se destinam ao cofinanciamento da despesa da estrutura de apoio técnico da Autoridade de Gestão do POCI-Programa Operacional Competitividade e Internacionalização.

**Despesa dos serviços do Programa Orçamental da Economia - OE 2016**

Uni: Euros

<b>ENTIDADE OE 2016</b>	<b>OE 2016</b>
ACAO GOVERNATIVA	5 225 969
GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO ME	45 082 864
SERVIÇOS NA AREA DA ECONOMIA	55 703 377
SERVICOS NA AREA DA ENERGIA	99 338 889
PROJETOS	20 394 119
AGENCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, SA	9 399 812
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA-IP	10 221 011
ENATUR - EMPRESA NACIONAL DE TURISMO, S.A.	3 978 325
ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, E.P.E	29 340 554
ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DA REGIÃO DE LISBOA	3 435 590
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS, I.P.	9 790 171
FUNDO DE CONTRAGARANTIA MUTUO	123 712 980
FUNDO PARA A SUSTENTABILIDADE SISTÉMICA DO SETOR ENERGÉTICO	90 000 000
IAPMEI - AGENCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, IP	394 417 255
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE DESENVOLVIMENTO, SA	4 223 210
INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL IP	244 664 452
INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE IP	6 585 674
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO IP	4 285 320
LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA, I.P.	15 529 481
REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE	5 503 608
SPGM - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO, SA	17 528 725
TURISMO CENTRO DE PORTUGAL	6 579 967
TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	5 736 535
TURISMO DO PORTO E NORTE DE	9 307 585
<b>Total</b>	<b>1 219 985 473</b>

Fonte: Proposta de Lei do Orçamento do Estado 2016





REPÚBLICA  
PORTUGUESA

---

ECONOMIA